

## Naturalismo epistemológico: qual é a disputa, afinal?

Doraci Engel

É próprio das controvérsias filosóficas, que posições inicialmente antagônicas e bem demarcadas, sejam substituídas, no decorrer do debate, por novas abordagens que, com níveis mais elevados de escrutínio, acabam por dissolver grande parte dos argumentos inicialmente disputados. É o que ocorre tipicamente com a discussão sobre o naturalismo em epistemologia, que de um confronto de visões aparentemente irreconciliáveis sobre o papel da ciência na filosofia, evoluiu para um debate francamente conciliatório, onde o termo “naturalismo” - um dos mais ambíguos da história da filosofia -, passa a receber novos e, às vezes, surpreendentes significados.

As teses naturalistas em epistemologia têm suas origens comumente associadas à crítica de filósofos norte-americanos, da primeira metade do século passado, como John Dewey, Roy Sellars e Ernest Nagel, ao suposto “intelectualismo” e “subjetivismo” da tradição filosófica europeia continental. Auto-proclamados “naturalistas”, esses pensadores, a despeito das múltiplas nuances entre suas posições, passaram a defender a utilização de um “método empírico” mais próximo da ciência para o trabalho filosófico.

Essa posição é retomada explicitamente por Willard V. Quine que, com o célebre artigo “Epistemology naturalized (1969) deflagra o debate nos moldes atuais, tanto na epistemologia quanto na filosofia da ciência. Partindo, portanto, da proposta quineana de que a epistemologia deveria ser transformada num ramo da psicologia cognitiva<sup>1</sup>, tentarei mostrar nesta breve introdução a situação atual da controvérsia, concluindo que a disputa entre naturalistas e não-naturalistas ou tradicionalistas, que durante os últimos cinquenta anos constituiu-se num capítulo a parte na reflexão epistemológica, se esgotou inteiramente ou está muito próxima de se esgotar.

---

<sup>1</sup> Essa é a posição mais forte de Quine. Há, entretanto, uma posição intermediária, que é sugerida no mesmo artigo, segundo a qual as questões sobre cognição e racionalidade podem sempre ser respondidas por investigações *a posteriori*, tarefa que envolveria não apenas a psicologia cognitiva, mas o conjunto das ciências. Quine menciona explicitamente a história. É importante ressaltar também que em escritos mais recentes, Quine nega qualquer intenção de alijar as questões normativas nas investigações filosóficas.

A ideia de que as questões tipicamente epistemológicas relacionadas com racionalidade, justificação e conhecimento possam ser melhor respondidas pela ciência empírica (posição mais forte de Quine) encontra poucos defensores no cenário atual. Mais frequentes são posições intermediárias, em geral, conciliatórias, que resultam numa variedade de abordagens, cujo ponto em comum é o reconhecimento de uma conexão relevante entre a ciência e a filosofia, tanto de um lado quanto de outro.

Essa conexão pode ser metodológica, o que inclui desde a proposta radical de Quine, segundo a qual ciência e filosofia se utilizam dos mesmos métodos e, portanto, a primeira pode substituir à última, sem prejuízo, como propostas moderadas ou cooperativas, como a formulada por Richard Feldman, entre outros, que conferem algum tipo de autoridade ao método científico, porém sem retirar a legitimidade única da reflexão filosófica.<sup>2</sup> Há ainda uma segunda conexão, proposta originalmente por Alvin Goldman, na sua conhecida classificação do naturalismo epistêmico, que separa nitidamente os componentes ontológicos dos metodológicos. Nesta perspectiva, assume-se que a epistemologia tem métodos próprios, normativos, exigindo-se apenas que o conteúdo dos seus enunciados seja explicitado por um processo cientificamente confiável.

### **Naturalismo metodológico**

A questão central na disputa entre naturalistas e não-naturalistas com relação à metodologia diz respeito à possibilidade ou não do chamado conhecimento sintético *a priori*. De modo geral, naturalistas metodológicos argumentam que não é possível descobrir fatos substanciais do mundo sem nossa experiência deste mundo, enquanto que não-naturalistas sustentam que a filosofia tem uma dimensão normativa, que sob o risco de auto-referência não pode ser estabelecida *a posteriori*. São crenças não-observacionais necessárias que, desde Kant, conformam os

---

<sup>2</sup> No *paper* “We Are All Naturalists Now” apresentado num encontro da *American Philosophical Association*, em Minneapolis, em maio de 2001, Feldman argumenta que com relação à metodologia há claramente três tipos de filósofos: os que pensam que a epistemologia é uma disciplina inteiramente *a priori*, os aprioristas; os que buscam suas informações no conhecimento empírico do senso comum, os *armchair epistemologists* e os que proclamam a necessidade da investigação se ater aos resultados empíricos fornecidos pelos estudos científicos, os epistemólogos científicos. Como epistemólogo de poltrona, ele afirma que a informação empírica é importante, mas a informação empírica detalhada, do tipo fornecido pelas ciências em sentido amplo, não é importante ou é importante apenas em alguns casos específicos.

limites de possibilidade da própria experiência. Há, entretanto, várias posições naturalistas intermediárias, que reconhecem a legitimidade da filosofia em lidar com alegações sintéticas *a priori* e, por isso, rejeitam a proposta quineana de transformação da epistemologia em um capítulo da psicologia cognitiva. É caso, como já referimos, da teoria confiabilista de Goldman, segundo a qual a justificação (confiabilidade) de nossas crenças é função dos processos psicológicos que a produzem e sustentam, exatamente como descrevem as ciências, mas que ainda assim é possível uma justificação *a priori*.<sup>3</sup>

Outra implicação relevante da crítica de Quine aos “dogmas do empirismo” diz respeito ao suposto anti-psicologismo da epistemologia tradicional ou pós-fregeana, para usar a expressão de Philip Kitcher.<sup>4</sup> É a proposta de que uma epistemologia naturalista deva levar em conta as limitações cognitivas do sujeito epistêmico, ao invés de seguir normas ideais que não podem ser seguidas por sujeitos reais. Ou seja, a defesa de que o modelo adequado para se compreender nossos hábitos de fazer generalizações frequentemente bem sucedidas não é a lógica dedutiva, mas nossos sistemas perceptivos profundamente contingentes e condicionados pelo meio ambiente. Apesar da tensão gerada pelas alegações naturalistas, de que a epistemologia tradicional tem sido de pouca utilidade para melhorar nossos hábitos epistêmicos - ou para usar a provocação de Hilary Kornblith, não seria mais que um exercício de “autocongratulação”,<sup>5</sup> que apenas confirma insensatamente o que já sabemos pelo senso comum – o fato é que há pouca discordância quando se trata de classificar o conhecimento como um fenômeno natural (como veremos na seção seguinte) e de reconhecer que ele deve ser investigado pelos meios que estiverem disponíveis, não apenas da psicologia cognitiva, mas de todas as ciências disponíveis. Mesmo críticos severos do naturalismo, como Feldman e Laurence Bonjour, admitem que o fato

---

<sup>3</sup> O artigo “Naturalistic Epistemology and Reliabilism, publicado originalmente no periódico *Midwest Studies in Philosophy*, em 1994, e reproduzido na publicação *Cadernos de História e Filosofia e Filosofia da Ciência*, da UNICAMP (ver referências bibliográficas), Goldman classifica o naturalismo metodológico de acordo com o grau de envolvimento da ciência com relação aos valores e metas da cognição. São três graus: no primeiro, cabe a ciência meramente determinar se o agente epistêmico tem os meios adequados para atingir as metas estabelecidas pela epistemologia normativa; no segundo, que era a posição que o ele próprio sustentava até 1986, concede-se a ciência o papel de também identificar os métodos específicos dos processos que levam ao cumprimento das metas e, no terceiro, que era a sua posição quando escreveu o artigo, em 1994, atribui-se a ciência a tarefa de identificar os objetos e valores da cognição. Ou seja, os resultados da ciência passam a ser considerados importantes no nível “conceitual” da sua teoria da justificação.

<sup>4</sup> Ver KITCHER Philip, *O Retorno dos Naturalistas*. Em Fátima R. Évora e Paulo C. Abrantes (Eds). *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas, UNICAMP, Série 3, v. 8, n. 2, p. 27-108, jul-dez 1998

<sup>5</sup> O tom irônico de Kornblith mereceu uma resposta igualmente irônica de Feldman, quando este se refere à arrojada analogia feita por Kornblith entre a análise do conhecimento e a descrição do conceito de alumínio. Esse debate está na primeira edição do *The Blackwell guide to epistemology*, de 1999.

de as pessoas fazerem inferências indutivas ruins; o fato de as pessoas serem capazes de identificar melhor os objetos numa ou outra circunstância podem influenciar a epistemologia, desde que isso não signifique abrir mão de princípios *a priori* da justificação epistêmica e muito menos de substituir a análise conceitual pela análise científica (posição mais forte de Kornblith). Ou seja, para estes últimos, questões como conhecimento e justificação e condições suficientes para crença justificada são melhor respondidas pela epistemologia “de gabinete”.

Manter o caráter normativo da epistemologia, atribuindo à ciência empírica a tarefa de responder como nós pensamos e raciocinamos, ou seja, como podemos alcançar as questões avaliativas, é o que constitui, em resumo, o projeto melhorativo de Kitcher. No seu artigo “The Naturalists Return”, publicado originalmente em 1992, ele sustenta que nosso desempenho cognitivo é sempre relativo a um mundo particular, que envolve o conhecimento empírico, não apenas das faculdades cognitivas, mas da constituição desse mundo, exigindo, respostas para questões como se o conhecimento é possível, como foi transmitido historicamente nas sociedades, como o cérebro processa informações, os processos psicológicos envolvidos na formação de crenças etc. Essa proposta é sistematizada, em grande medida, por Goldman, porém, com um acréscimo fundamental: o reconhecimento de que cabe a filosofia especulativa estabelecer os fins epistêmicos *a priori*, porém sem algumas características normalmente associados ao *a priori*, como a certeza, a infalibilidade e a incorrigibilidade. Ele admite, portanto, que resultados empíricos modifiquem a análise conceitual.

O programa confiabilista de Goldman representa assim uma proposta de conciliação. Quase todos concordam que os resultados das ciências empíricas são relevantes para o aprimoramento do nosso desempenho cognitivo e que a justificação epistêmica *a priori* não precisa necessariamente ser interpretada como incorrigível ou infalível. A controvérsia ocorre, como já referimos, quando a disputa envolve investigações normativas sobre conceitos lógicos, como validade e conjugação; e morais, como obrigação. Nos extremos da disputa, filósofos tradicionais tendem a achar que a ciência tem muito pouco a dizer sobre estes assuntos, enquanto os de inclinação naturalista tendem a sustentar que as investigações normativas de primeira ordem ocorrem tanto dentro como fora da filosofia e que não há, portanto, um método de investigação que é inteiramente *a priori* e propriamente filosófico – afirmação que a maioria dos epistemólogos, naturalistas ou não, está disposto a aceitar.

É fácil concordar que itens importantes da reflexão epistemológica provém do discurso normativo de primeira ordem do senso comum, que não são dados puramente *a priori*, nem, tampouco, resultam do uso intensivo de informação científica. São crenças, por exemplo, a respeito da existência de corpos materiais e outras alegações contingentes sobre o mundo, que não podem ser conhecidas *a priori*, mas que também não precisam de comprovação científica para que possamos acreditar nelas. É o que Feldman chama de epistemologia de poltrona (*armchair epistemology*), que corresponde tipicamente ao tipo de trabalho que os filósofos sempre fizeram.<sup>6</sup> Assim, se ser naturalista envolve rejeitar a ideia de uma epistemologia inteiramente *a priori*, então o filósofo de poltrona, que se baseia em grande medida nas informações empíricas do senso comum, será naturalista. Porém se, por outro lado, ser não-naturalista implica em recusar uma epistemologia baseada inteiramente na ciência, então ele será não-naturalista.

Embora não seja exatamente um programa, o naturalismo cooperativo, descrito por Feldman, é também uma proposta de conciliação.<sup>7</sup> Valendo-se, em parte, da classificação de Goldman, que atribui graus diferentes de envolvimento da ciência em relação às normas e metas epistêmicas, Feldman concede que a informação empírica proveniente da psicologia é, em geral, útil para epistemologia, quando se trata de verificar sobre se pessoas reais tem conhecimento em casos reais e pode, em alguns casos, ser potencialmente essencial para afastar argumentos céticos, segundo os quais nossas crenças nunca, ou raramente, satisfazem as condições necessárias para o conhecimento. Ele observa, por exemplo, que estudos empíricos podem revelar sérios erros que cometemos em nossas crenças sobre um determinado tópico, de tal maneira que nossas crenças neste domínio resultam do mesmo tipo de raciocínio defeituoso e que, portanto, não podemos ter conhecimento justificado neste domínio. Mas a cooperação pára por aí. Feldman, ao contrário de Goldman, não acredita que a psicologia cognitiva possa ser útil ou melhor do que a epistemologia tradicional para elucidar questões eminentemente conceituais, relacionadas com a natureza do nosso conhecimento e com os critérios e normas da justificação epistêmica.

---

<sup>6</sup> A autoria da expressão *armchair epistemology* é atribuída a Roderick Chisholm.

<sup>7</sup> Ver FELDMAN, Richard: "Naturalized Epistemology," *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, edited by Ed Zalta, 2001

## Naturalismo substantivo

A motivação central do naturalismo ontológico é a necessidade de explicar como diferentes tipos de coisas podem fazer diferença causal no mundo espaço-temporal. Ou mais precisamente: como processos mentais podem influenciar causalmente processos não-mentais. Desde meados do século passado, com a aceitação da tese do fechamento causal, segundo a qual, quaisquer causas mentais ou biológicas devem ser elas mesmas fisicamente constituídas, estabeleceu-se um crescente debate entre reducionistas e antireducionistas em torno da melhor estratégia de se evitar o epifenomenalismo, ou seja, a ideia de que possam haver eventos mentais sem efeitos físicos. Para fisicalistas reducionistas, a inclusão inaceitável na história física causal de qualquer causa *prima facie* não-física só pode ser evitada pela identidade estrita das propriedades não-físicas *prima facie* relevantes com propriedades físicas, enquanto que para não-reducionistas a eficácia causal de propriedades não-físicas será respeitada desde que elas sejam “realizadas” por propriedades físicas, mesmo quando elas não sejam redutivamente identificadas com elas.

Deixando de lado as múltiplas nuances desse debate – os vários tipos de fisicalismo e suas limitações - a posição que iremos desenvolver aqui diz respeito ao esforço de vários filósofos de encontrar uma alternativa de conciliar a existência de causas não-físicas com as exigências da tese do fechamento causal. Ou seja, a ideia de que propriedades não-físicas possam ser “realizadas” por diferentes propriedades físicas em diferentes casos. Há várias maneiras em que este projeto vem sendo desenvolvido.<sup>8</sup> A mais amplamente aceita sustenta que propriedades não-físicas devem supervenir metafisicamente à propriedades físicas, no sentido de que dois seres que compartilham todas as propriedades físicas devem necessariamente compartilhar as mesmas propriedades não-físicas, mesmo que as propriedades físicas que realizam as não-físicas possam ser diferentes em diferentes seres. Isto assegura que nada mais seja requerido de qualquer instânciação específica de uma propriedade não-física, senão sua realização física.

A tese da superveniência é pivotal na introdução do naturalismo substantivo em epistemologia. Não iremos explorar aqui as objeções que recaem sobre a tese da superveniência, como a aparente duplicação de causas ou sobredeterminação, a acusação de que muitas propriedades

---

<sup>8</sup> Para saber mais sobre as diferentes teorias fisicalistas em filosofia ver: PAPINEAU, David. “Philosophical Naturalism”. Oxford: Blackwell, 1993

descritas não podem ser investigadas pelas ciências naturais, como princípios éticos, estéticos e epistemológicos, entre outras objeções.<sup>9</sup> Afirmaremos apenas que embora aparentemente consensual, a tese metafísica da superveniência, mesmo quando formulada em termos estritamente lógicos, enfrenta limitações. Até mesmo seus proponentes costumam reconhecer que algo mais forte precisaria ser adicionado a ela para que se pudesse atender a exigência do fechamento causal. Que ingrediente adicional e esse e se ele, afinal, é possível é uma questão em aberto.

No artigo “Naturalistic Epistemology and Reliabilism”, de 1994, que, salvo engano, introduziu o termo naturalismo substantivo no debate epistemológico, Goldman acusa críticos do externalismo, como Keith Lehrer e Roderick Chisholm, de violarem a tese da superveniência, advertindo, com Van Cleve, que as propriedades epistêmicas normativas não podem flutuar livremente, mas devem estar ancoradas em propriedades naturais não-epistêmicas. Ou seja, que a instanciação de propriedades epistêmicas normativas deve estar ancorada à instanciação de propriedades naturais não-epistêmicas.

Embora o confiabilismo seja uma posição não diretamente endereçada a responder questões ontológicas, como as que foram sugeridas acima, a proposta de Goldman é provavelmente a teoria naturalista de justificação epistêmica mais bem acabada do ponto de vista conceitual e descritivo. Sua formulação básica (a crença de *S* em *p* é justificada se e somente se ela é causada (ou sustentada causalmente) por um processo cognitivo confiável, ou uma história de processos confiáveis) preenche plenamente as condições da tese da superveniência: envolve apenas elementos naturais, não-epistêmicos, como causação, processos psicológicos e confiabilidade, de tal maneira que a propriedade de ser causado por uma história de processos naturais é indiscutivelmente uma propriedade natural. Assim, a justificação sobrevém à propriedade natural, o que não ocorre, segundo Goldman, com a posição evidencialista internalista de Lehrer, por exemplo, que exige uma justificação de nível superior, ou seja, que *S* acredite justificadamente que sua crença em *p* é causada por uma história de processos confiáveis.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> Ver McLAUGHLIN, Brian. “Supervenience”, *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, edited by Ed Zalta, 2005

<sup>10</sup> A crítica de Lehrer estende-se a todas as formas de externalismo e envolve basicamente o argumento de a pessoa que não tem ideia de que suas crenças são causadas ou sustentadas causalmente por um processo confiável de formação de crenças pode carecer de conhecimento devido sua ignorância disso. Ou seja, para estar justificado é preciso que esta pessoa tenha conhecimento que sua crença foi confiavelmente causada. O exemplo usado por Lehrer é o conhecido caso Truetemp: O Sr. Truetemp teve um termômetro implantado no seu escalpo; este termômetro transmite a informação da temperatura para seu cérebro, num processo obviamente muito confiável, que o Sr.

Diferentemente da disputa no âmbito do naturalismo metodológico, onde o naturalismo, para usar a descrição de Ernest Sosa, “é uma posição metodológica sugerida quase que naturalmente pelo externalismo”, no âmbito do naturalismo substantivo o debate tem outros ingredientes. Embora os termos naturalistas sejam mais articulados nas abordagens externalistas não há nada que embargue as credenciais naturalistas das alegações internalistas, inclusive das versões mais tradicionais do fundacionalismo cartesiano, que requerem uma evidência apropriada e que estabelecem que obter essa evidência é uma função puramente interna à mente do sujeito.

O evidencialismo sustenta que os fatos naturais chave que determinam se uma crença é justificada são fatos sobre a evidência que a pessoa tem para aquela crença. A evidência que uma pessoa tem é alguma combinação ou outra de experiências que esta pessoa está tendo, suas memórias e outras crenças que ela tem. Tudo isso são fatos naturais inquestionáveis sobre a pessoa. (FELDMAN, 2001)

O apelo às teses naturalistas em filosofia surgem com maior força na ética. É amplamente conhecida a resposta de Gilbert Harman à famosa “questão aberta” de Moore - o fosso lógico entre questões normativas e descritivas: “Se todos os efeitos físicos se devem a um conjunto limitado de causas naturais, e se fatos morais situam-se fora deste conjunto, então se segue que fatos morais nunca farão qualquer diferença no que acontece no mundo físico”. E é exatamente esta tese, a de que todos os fatos morais são fatos naturais, que inspira Feldman, a afirmar que os fatos epistêmicos, inclusive os termos epistêmicos avaliativos, listados por Goldman no clássico artigo “What is Justified Belief?”, de 1979, como “justificado”, “garantido”, “tem boas razões (para crer)”, “sabe que”, “vê que”, “compreende que”, “é provável” etc, todos eles, são fatos naturais, pois supervêm à fatos naturais.<sup>11</sup>

---

Truecamp, no entanto, ignora. A resposta de Goldman é que com a aplicação da tese da superveniência o caso Truetemp não seria possível, pois a propriedade natural da crença do Sr. Truetemp garantiria que ele acreditasse justificadamente que ela tem essa propriedade.

<sup>11</sup> Goldman utiliza-se da definição de Van Cleve para superveniência: “Propriedades-A supervêm à propriedades-B se e somente se necessariamente, para qualquer item x e propriedade-A F, se x tem F então há uma propriedade-B G tal que (i) x tem G, e (ii) necessariamente, o que quer que tenha G também tem F”. Já Feldman refere-se apenas a ampla aceitação da tese da superveniência citando como representativa a asserção de Jaegwon Kim, segundo a qual “se uma crença é justificada, isto deve ser assim porque



Embora reconheça a dificuldade de se definir precisamente o que está sendo disputado na questão naturalismo/não-naturalismo, Feldman explica que ao admitir o argumento (fatos epistêmicos supervêm à fatos naturais, logo fatos epistêmicos são fatos naturais), externalistas e internalistas se colocam no mesmo patamar quanto as suas alegações naturalistas. Ou seja, da mesma forma como no confiabilismo são fatos naturais que, com base na superveniência de fatos epistêmicos, sustentam a confiabilidade dos processos causais de formação (ou sustentação) de crenças, também no evidencialismo são fatos naturais sobre a evidência possuída que determinam fatos epistêmicos.

A questão crucial é definir o que conta como fato natural. Fatos sobre crenças suportadas por um corpo particular de evidências, tidas como verdades necessárias (se tenho um corpo de evidências *E*, necessariamente então estou justificado em crer na proposição *p*) contam como fatos naturais ou apenas fatos epistêmicos contingentes sobre crenças individuais podem ser fatos naturais? Nas definições padrão de superveniência, verdades necessárias supervêm à fatos naturais e isso é suficiente para que as relações de suporte epistêmico sejam fatos naturais. Por essas definições, pessoas que tenham a mesma evidência estão necessariamente justificadas em crer nas mesmas coisas. Ou seja, as propriedades naturais da evidência possuída determinam os fatos epistêmicos.

A tese da superveniência, no entanto, não é o único caminho para que as teorias internalistas se afirmem também como naturalistas ou, ao menos, não aceitem o rótulo de não-naturalistas. Como escreve Feldman:

Defensores da descrição evidencialista não estão (ou ao menos não precisam estar) comprometidos com a ideia que definições não-naturalistas dos termos que eles usam sejam possíveis. Pode ser apenas que estas definições não tenham sido produzidas ainda. E mesmo que os termos não sejam estritamente definíveis, não se segue que eles não sejam eles mesmos perfeitamente bons termos naturalistas. (FELDMAN, 2001)

---

ela tem certas propriedades factuais não-epistêmicas (...) Que isso seja uma crença justificada não pode ser um fato bruto (...) (isto) deve ser fundado em propriedades descritivas factuais desta crença particular”

Embora não se defina como tal, a teoria de justificação não-inferencial fundacionalista de Richard Fumerton é um dos exemplos sugerido por Feldman desta compreensão mais ampla do que pode se entender por visão internalista naturalista. Sem apelar à tese da superveniência, Fumerton sustenta que a exigência de justificação epistêmica pode ser preenchida por um tipo de relação direta (*acquaintance*) com fatos sobre relações de suporte epistêmico.<sup>12</sup> Resumidamente, é a tese de que uma evidência somente apóia uma proposição no caso da pessoa estar em contato direto (*acquainted*) com a conexão entre essa evidência e essa proposição. Trata-se de relação *sui generis*, no sentido de que não interpreta o status epistêmico de uma crença por sua função na história causal da crença ou de sua sensibilidade causal com o ambiente, como ocorre com o naturalismo externalista, mas como ela se apresenta diretamente à consciência do sujeito.

Não iremos avançar aqui sobre se as diferentes teorias de *direct acquaintance* realmente dão conta da tarefa às quais se propõem: oferecer conhecimento fundamental, não proposicional, de premissas que possam servir de primeiras verdades a partir das quais possamos inferir o restante do conhecimento que achamos que temos. Também não precisamos nos ocupar aqui em responder se essa fonte de justificação não-

---

<sup>12</sup> O termo *acquaintance* em epistemologia foi introduzido por Bertrand Russell, descrevendo-o como um tipo de conhecimento que temos por familiaridade ou por contato direto com o fato que torna esse conhecimento verdadeiro. Teorias atuais, como a proposta por Richard Fumerton são diferentes sobretudo no que diz respeito à tradicional distinção entre conhecimento *a priori* de verdades necessárias e conhecimento *a posteriori* de verdades contingentes. Segundo a explicação do próprio Fumerton, na teoria clássica de *acquaintance* o conhecimento de ambas as verdades tem a mesma fonte – o contato direto com fatos. E a distinção entre conhecimento de verdades necessárias e contingentes está nos fatos com os quais temos contato. Assim, quando estou em *acquaintance* com a experiência de dor, isso me dá conhecimento da verdade contingente de que estou com dor, enquanto quando estou em *acquaintance* com ser vermelho, ser amarelo e a relação de ser mais escuro que há entre eles, tenho o conhecimento necessário de que vermelho é mais escuro que amarelo. A teoria clássica admite, portanto, que possamos ter contato direto com verdades necessárias, enquanto as versões recentes estabelecem que esse conhecimento só é possível mediante o contato direto com os fatos geradores de verdade (truth makers) ou (mais controvertidamente) com a correspondência entre fatos portadores de verdade (truth bearers) e fatos geradores de verdade (truth makers). De acordo com a proposta de Fumerton, *acquaintance* com fatos envolve o contato também com seus constituintes (propriedades, objetos, e o que entendemos como quantificadores). “São entidades com as quais temos contato direto, como objetos (dados sensoriais), determinadas propriedades (este tom particular de amarelo), universais genéricos (ser amarelo, ser colorido) e, crucialmente, fatos (estar sentindo dor agora, alguma coisa ser amarela)”, explica. Ou seja, são fatos que não podem ser falsos ou verdadeiros. O interesse epistêmico central das teorias de *acquaintance* é proporcionar o conhecimento fundacional de premissas que possam servir de primeiras verdades a partir das quais podemos legitimamente inferir o restante do conhecimento que pensamos que temos. Para uma visão geral sobre conhecimento por *acquaintance* ver Fumerton R. "Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description," in *Routledge Encyclopedia of Philosophy*, 1998

inferencial, com qual estas teorias pretendem solucionar o problema clássico do regresso conceitual é, de fato, possível. A questão é meramente definir se algo com *acquaintance* com fatos sobre relações de suporte epistêmico ou com fatos que tornam nossos pensamentos necessariamente verdadeiros é uma relação natural, como sugere Feldman.

O exemplo favorito de Fumerton desse tipo de relação fundamental é a experiência de dor. Ele escreve:

Apesar de nossa capacidade extraordinária de oferecer argumentos abstratos para cada uma das nossas crenças, o fato é não precisamos de qualquer argumento para reconhecer a dor severa que domina nossa consciência depois de um golpe na cabeça. A dor, ela mesma, a exemplificação desta propriedade, é direta e imediatamente presente a consciência. Podemos nos indagar se essa propriedade é idêntica a ocorrência de eventos neurais ou estados funcionais, mas não se essa propriedade existe. (FUMERTON, 2006)

A discussão sobre se nossas representações mentais são idênticas às propriedades físicas descritas pela investigação empírica tem uma longa tradição no debate entre dualistas e fisicalistas em filosofia da mente. Não precisamos entrar nessa controvérsia, mas apenas situar que as teorias de *acquaintance* estão ontologicamente comprometidas com os conceitos do fundacionalismo clássico, que pressupõem a existência de uma relação real entre estados mentais e certas propriedades e certos fatos (e talvez certos indivíduos); que o conhecimento do mundo exterior diferencia-se do mundo interior e que este último tem prioridade epistêmica sobre o primeiro. É o que Descartes chamou de “a ordem das razões”. Essa relação não apenas estabelece as condições de sucesso para explicar como o conhecimento do mundo exterior é possível, como é também pressuposto pela noção de que esse conhecimento existe para ser examinado. Nesta perspectiva, as propriedades fenomenais, as quais estamos em *acquaintance* em introspecção são, de fato, constituintes de fatos cuja existência temos que inferir. Se a possibilidade do conhecimento experiencial passa necessária e prioritariamente por um tipo de fundamentação não-inferencial, como proposto por Fumerton, e se

este tipo de fundamentação não deixa de ser uma forma de fisicalismo, como ele mesmo sugere, e que tipo de fisicalismo é esse são questões obviamente polêmicas. É o ônus de estar introduzindo um conceito primitivo, talvez indefinível, como o próprio Fumerton reconhece:

É importante entender que não estamos nos livrando das propriedades fenomenais “problemáticas” dadas “reduzindo-as” a propriedades físicas não-problemáticas. É mais acurado sugerir que estamos teorizando sobre propriedades fenomenais dadas não-problemáticas ser o constituinte do físico epistemicamente mais problemático. Na linguagem da redução é mais acurado descrever essa visão como uma tentativa de reduzir certos constituintes de estados mentais à propriedades fenomenais dadas. (FUMERTON, 2010)

Se propriedades naturais são aquelas que aparecem nas explicações e descrições dos fenômenos oferecidas pelas ciências naturais, a relação de *acquaintance* será uma candidata pobre à propriedade natural, porém se aceitarmos uma compreensão mais ampla de propriedades naturais, todas as apostas estão abertas quando se trata de caracterizar se determinada relação ou propriedade como natural ou não-natural. (FUMERTON, 2006)

Ou seja, embora possa se discutir que tipo de propriedades naturais estão envolvidas na relação de *acquaintance* e até mesmo se essa relação é possível nas descrições científicas, não há nada de naturalisticamente suspeito na afirmação que temos consciência de propriedades e fatos, sem as quais nem ciência, nem filosofia seriam possíveis.

Uma das principais objeções dos naturalistas em relação descrição de suporte evidencial, em termos de apreensão das conexões evidenciais, diz respeito as relações lógicas envolvidas, pois para esses críticos, o simples fato de que a evidência do sujeito implica logicamente alguma conclusão não torna razoável a este sujeito crer nesta conclusão com base nesta evidência. É a crítica que Goldman faz, por exemplo, às noções psicologicamente implausíveis contidas na teoria da justificação de Lehrer<sup>13</sup> - a alegação de que conexões lógicas podem ser

---

<sup>13</sup> Ver GOLDMAN, Alvin, “Epistemologia Naturalista e Confiabilismo”. Em: Fátima R. Évora e Paulo C. Abrantes (Eds). Cadernos de História e Filosofia da Ciência, Campinas, UNICAMP, Série 3, v. 8, n. 2, p. 109-145, jul-dez, 1998

extremamente complexas, acima da capacidade do agente epistêmico alcançá-la. Uma exigência que, no entanto, pode ser confortavelmente acomodada nos casos de *direct acquaintance*, onde a evidência somente suporta a conclusão quando a pessoa “percebe” a conexão entre a evidência e essa conclusão. Ou seja, a relação psicológica é necessária.

A ideia de que a relação de suporte evidencial (*S* está justificado em crer que *p* se a evidência que *S* dispõe suporta *p*) depende da capacidade ou habilidade da pessoa de perceber a conexão entre essa evidência e a proposição tem conseqüências que aparentemente afrontam as teorias evidencialistas tradicionais: duas pessoas poderiam ter a mesma evidência e, no entanto, apenas uma delas estar justificada. Entretanto, se acatarmos a citação anterior de Feldman: “a evidência que uma pessoa tem é alguma combinação ou outra de experiências que esta pessoa está tendo, suas memórias e outras crenças que ela tem...” então a exigência de que a pessoa esteja em *acquaintance* com a conexão entre a evidência e a proposição será parte dessa experiência e, portanto, parte da evidência.

Até que ponto as teorias de *direct acquaintance* implicam em assumir algum tipo de naturalismo com relação a princípios epistêmicos fundamentais é uma questão inteiramente aberta. Portanto, a menos que se reformule os argumentos originais de Quine em favor da epistemologia naturalizada e se recoloque a controvérsia em termos mais precisos que os atuais, a disputa se encerra aqui e tanto o naturalismo metodológico de Quine e Kitcher, quanto o naturalismo substantivo externalista de Goldman, como o naturalismo substantivo internalista de Feldman e Fumerton poderão todos ostentar o mesmo título de naturais.

### **Referências:**

BONJOUR, Laurence, 1998, **Contra a Epistemologia Naturalizada**. Em Fátima R. Évora e Paulo C. Abrantes (Eds). Cadernos de História e Filosofia da Ciência, Campinas, UNICAMP, Série 3, v. 8, p. 109-145, jul-dez

FELDMAN, Richard, 1999, **Methodological Naturalism in Epistemology**, in *The Blackwell Guide to Epistemology*, edited by John Greco and Ernest Sosa, Malden, Ma: Blackwell, pp. 170-186

FELDMAN Richard, 2001, **Naturalized Epistemology**, *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, edited by Ed Zalta

FUMERTON, Richard, 1994, **Skepticism and Naturalistic Epistemology**, *Midwest Studies in Philosophy*, XIX: 321-340

FUMERTON, Richard, 2006, **Epistemology**, Oxford and Cambridge: Blackwell

FUMERTON, Richard, 1998, **Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description** in *Routledge Encyclopedia of Philosophy*

FUMERTON, Richard, 2010, **Self-Profile**, in *A Companion to Epistemology, Second Edition*, edited by Johnatan Dancy, Ernest Sosa and Matthias Steup, Oxford: Blackwell, p. 165-170

GOLDMAN, Alvin, 1979, **What is Justified Belief?**, in G. Pappas, ed., *Justification and Knowledge: New Studies in Epistemology*, Dordrecht, Reidel: 1-23

GOLDMAN, Alvin, 1998, **Epistemologia Naturalista e Confiabilismo**. Em Fátima R. Évora e Paulo C. Abrantes (Eds). Cadernos de História e Filosofia da Ciência, Campinas, UNICAMP, Série 3, v. 8, n. 2, p. 109-145, jul-dez

KITCHER Philip, 1998, **O Retorno dos Naturalistas**. Em Fátima R. Évora e Paulo C. Abrantes (Eds). Cadernos de História e Filosofia da Ciência, Campinas, UNICAMP, Série 3, v. 8, n. 2, p. 27-108, jul-dez

KORNBLITH, Hilary, 1998, **Naturalismo Metafísico e Epistemológico**: Em Fátima R. Évora e Paulo C. Abrantes (Eds). Cadernos de História e Filosofia da Ciência, Campinas, UNICAMP, Série 3, v. 8, p. 147-169, jul-dez

KORNBLIT, Hilary, 1999, **In Defense of a Naturalized Epistemology:** in *The Blackwell Guide to Epistemology*, edited by John Greco and Ernest Sosa, Malden, Ma: Blackwell, pp. 158-169

McLAUGHLIN, Brian, 2005, **Supervenience**, *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, edited by Ed Zalta

PAPINEAU, David, 1993, **Philosophical Naturalism**. Oxford: Blackwell

QUINE, Willard V, 1969, **Epistemology Naturalized**. In: *Ontological Relativity and Other Essays*. New York: Columbia University Press, p. 114-139